

Uma experiência de gestão territorial nas Terras Indígenas do Acre

RESUMO: O artigo aborda uma experiência local, na Amazônia Ocidental brasileira, onde sociedades indígenas acreanas lutam para a proteção de seus territórios tradicionais e como a cartografia indígena vem sendo trabalhada no programa de formação de agentes agroflorestais indígenas, ação educacional para a gestão de seus territórios. O trabalho destaca a importância da construção participativa de etnomapas e de planos de gestão territorial e ambiental, ferramentas de gestão que vêm sendo incorporadas nas políticas públicas no Estado do Acre.

Palavras chave: Agente agroflorestal indígena, cartografia indígena, plano de gestão territorial e ambiental, povos indígenas do Acre, uso, manejo e conservação dos recursos naturais, políticas públicas.

Introdução

“O mapa é o espelho da nossa comunidade, serve para mostrar o que aprendemos, ajuda na compreensão do território”.

AAFI Raimundo Kaxinawá 2008

Esse artigo aborda uma experiência de como a cartografia indígena vem sendo trabalhada na disciplina da geografia no programa de formação de agente agroflorestal indígena, ação educacional de formação de jovens e adultos indígenas de diferentes etnias e regiões do estado do Acre para a gestão territorial das terras indígenas e seu entorno. Esta ação educacional é desenvolvida como parte das estratégias do Programa de Gestão Territorial e Ambiental da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) desde 1996, como ação educacional específica junto à nova categoria social dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)¹. O programa de formação tem uma filosofia pedagógica e socioambiental de base intercultural: o manejo e conservação do meio ambiente e a sistematização dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas. Este programa é dirigido ao diálogo criativo e crítico, com técnicas e saberes de outras culturas que tenham relevância e sentido social, cultural e ambiental nos contextos em que serão pensados e aplicados (Vivan, et all 2002). Para Monte (2003, p27), o objetivo do programa é de capacitar a partir de padrões culturais e do diálogo intercultural, formular estratégias de uso, manejo e conservação dos recursos do meio ambiente e de gestão de seus territórios. Hoje, 126 AAFIs estão em formação, com o objetivo de possibilitar que um número crescente de povos indígenas, por meio de processos participativos e educacionais culturalmente fundados, faça a identificação, a sistematização, a valorização e o uso de alguns dos conhecimentos e tecnologias relativos ao meio ambiente para a gestão de seus territórios.

1 - A Comissão Pró-Índio do Acre foi criada oficialmente no ano de 1979 com o objetivo de assessorar as populações indígenas em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos. Desde a década de 1980 vem atuando com projetos educacionais, tendo iniciado, em 1983, a formação dos Professores Indígenas através do projeto “Uma Experiência de Autoria”.



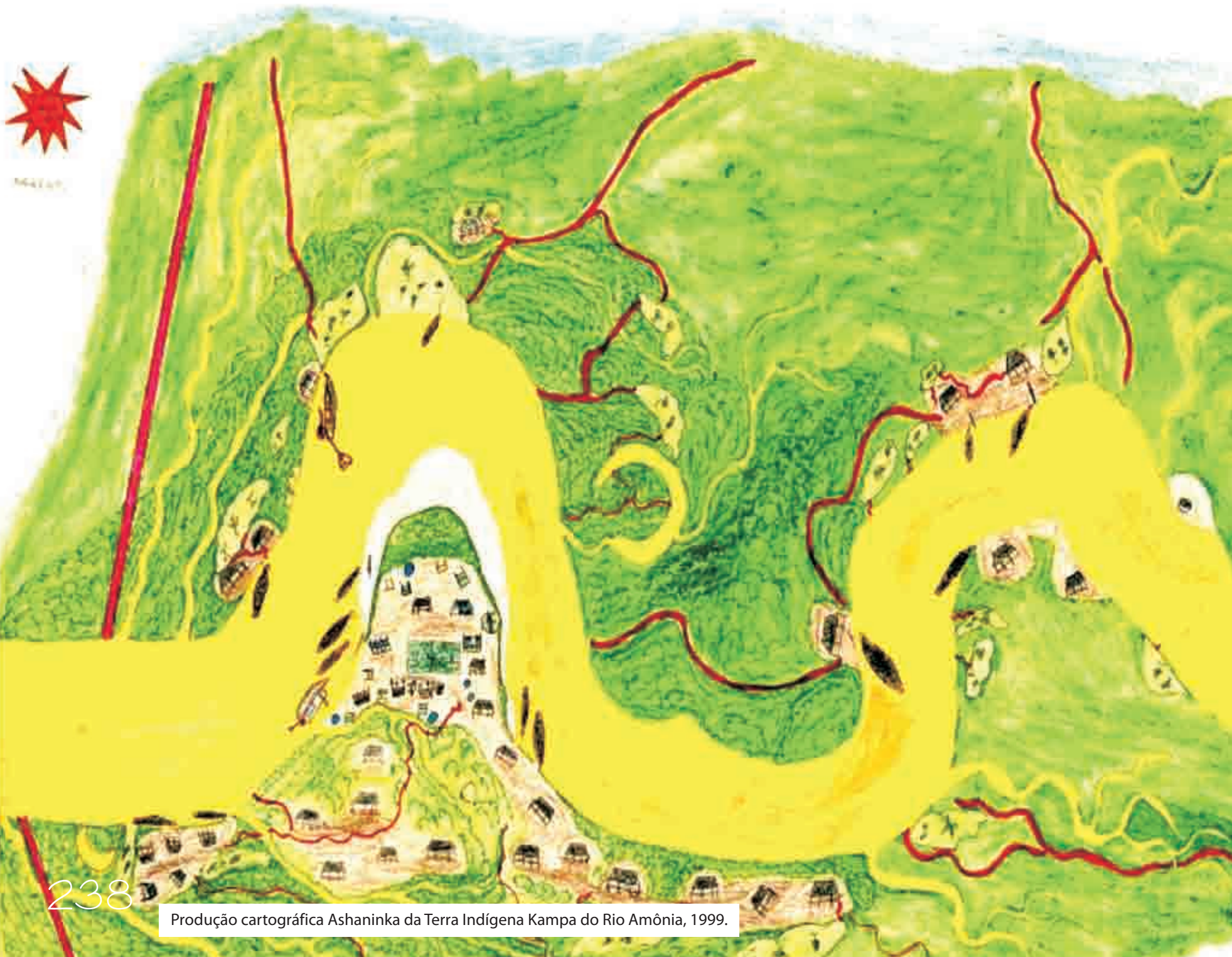


A ciência geográfica, através da cartografia indígena - disciplina que faz parte desse programa - vem instrumentalizando esses profissionais da floresta na planificação e no ordenamento das Terras Indígenas do Acre demarcadas nas últimas 3 décadas².

2- "O processo de reconhecimento das terras indígenas acreanas perdura até hoje. Ao longo dos últimos 23 anos, este processo foi condicionado por diferentes estratégias geopolíticas de ocupação e desenvolvimento da região amazônica, por sistemáticas legais de regularização administrativa das terras indígenas do país, por mobilizações dos índios em nível local, do movimento indígena e das entidades de apoio, bem como por distintas conjunturas institucionais constituídas por programas implementados pelo governo federal em conjunto com a cooperação internacional" (Aquino e Iglesias, 1999).

Existem hoje no Acre 35 terras indígenas na sua grande parte reconhecidas pelo governo federal. Com extensão de 2.415.644 ha, que equivale a 14,6% da área do estado, essas terras estão distribuídas em metade dos 22 municípios acreanos, e são destinadas a 15 diferentes povos indígenas, mais os isolados, falantes de línguas Pano, Aruak e Aruwa, com população estimada em 13.463 índios (Acre ZEE 2004).

MAPA DA ALDEIA APIW TX



A cartografia indígena na formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas

Mapear a vida, a paisagem, a geografia, os recursos naturais e os conflitos socioambientais, contando com a participação efetiva das populações indígenas, vem se constituindo nos últimos anos um importante instrumento para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Acre. Segundo Resende (2006), “a cartografia indígena reúne muitos elementos. É um exercício de reunião de saberes; de produção de símbolos; de expressão artística. É uma linguagem para expressar as relações entre território, paisagem e escrita.”

“O mapa é um estudo da cartografia que os AAFIs fazem através do desenho, também é feito através de fotografia por via satélite. É um documento que serve para o registro e ilustração do nosso território, também serve para o nosso trabalho que estamos fazendo em cada Terra Indígena e nas nossas aldeias. O mapa também é um diagnóstico que a gente faz, pode ser da aldeia, do roçado, dos SAFs (sistemas agroflorestais), de um estado ou de um país. O mapa também é uma ferramenta que serve para identificar o nosso território, onde está localizado dentro do nosso estado. Serve para conhecer melhor a nossa terra. O mapa serve para mostrar o que existe dentro da Terra Indígena, os recursos naturais, as florestas, os animais, os igarapés, os lagos, os rios, as bacias hidrográficas; serve para conhecer os limites da terra, a linha da demarcação. O mapa mostra também quem está morando no entorno da Terra Indígena, os nossos vizinhos, se é Reserva ou se é Parque. Serve também para mostrar onde estão entrando os madeireiros peruanos no limite do nosso estado. O mapa também mostra onde os parentes isolados estão vivendo. O mapa também serve para identificar os caminhos, os rios, as estradas, as varações, as nossas malocas antigas, os vestígios antigos do nosso povo. Serve para mostrar as guerras do passado, onde aconteciam as correrias, a cultura entre outros povos. Também serve para conhecer onde começa a invasão

do território. Serve para avaliar como está a situação dos territórios e das populações, serve também para conhecer a nossa ecologia indígena. Serve para conhecer o nosso estado do Acre, o nosso país e até outros países. O mapa também serve para trabalhar com o GPS, com imagem de satélite, marca o ponto, a distância de um lugar para outro. Para mim o mapa é o desenho da terra, da floresta, das plantações, dos animais, da mata, das bacias hidrográficas, da Terra Indígena e até do aquecimento global. Na minha formação o mapa serviu para que eu tivesse esse conhecimento durante as aulas de cartografia, me fez refletir; melhorei no meu conhecimento com o estudo dos mapas e da cartografia.”

AAFI Jorge Domingos Kaxinawá - 2008

A “cartografia indígena” no programa de formação de Agente Agroflorestal Indígena tem como uma das principais finalidades, identificar e mapear diferentes áreas de uso dos recursos naturais, áreas de conflitos, de refúgios, aspectos culturais, além de classificar, na concepção indígena, os diferentes ecossistemas que compõem seus atuais territórios. As atividades de mapeamento permitem aos AAFIs uma visão mais ampla da complexa realidade onde estão inseridos e contribui para refletir, discutir e planejar ações e estratégias voltadas para a gestão de suas terras e seu entorno. Mapear o território é um exercício de trabalhar a visão dos índios sobre os problemas socioambientais que os atingem, é procurar as possíveis soluções para sanar tais problemas. Os AAFIs vêm realizando nas atividades de mapeamento diferentes formas de registro nos diagnósticos ambientais e indicando possíveis soluções. Para Salinas (1996), entende-se como diagnóstico a interpretação das propriedades do meio físico e socioeconômico, assim como seu estado com a relação e a utilização do território pelas atividades humanas.



A cartografia indígena na organização do uso dos recursos naturais "o caso das praias produtivas"

"Na minha aldeia, temos oito praias grandes; para realizar o manejo da praia nós estamos levantando e identificando no mapa. Na nossa praia tem fartura, e o manejo de praia sempre a gente usa na época de verão. Na época de verão plantamos algumas coisas, como melancia, feijão, amendoim. Fazemos isso para organizar e desenvolver a nossa alimentação, a nossa proteção. Nos próximos anos, no futuro, a população vai aumentar e temos que estar discutindo antes pra cuidar dela. Estamos orientando e cada vez estamos entendendo pra melhorar a nossa situação de manejo que está sendo assim, de nossas praias." (Josias Mana Kaxinawá, 2005).

Com a crise na economia da borracha, na primeira metade dos anos 1990, muitas famílias Kaxinawá da Terra Indígena do Rio Jordão, que moravam em colocações de centro, "priorizando estratégias econômicas que incluíam a produção de borracha, optaram por migrar para novos locais de moradia situados na beira dos rios.

Nessas novas aldeias, intensificaram os cultivos agrícolas de terra firme e a criação de animais domésticos, inclusive pequenos rebanhos bovinos, buscando garantir uma subsistência mais farta e obter novos produtos para venda junto a regatões e pequenos comerciantes dos centros urbanos" (Iglesias, Aquino, p, 77 2005). Um dos aspectos negativos desse novo assentamento, consequência da migração de dentro da floresta (centro) para as margens dos rios, foi a escassez das praias para os cultivos agrícolas³ e o aumento dos conflitos devido às invasões dos animais de criações domésticas nos roçados de praia.

Nas atividades do etnomapeamento, os Kaxinawá, na tentativa de minimizar os conflitos e ordenar o uso do território, decidiram que no plano de gestão esse tema seria tratado da seguinte maneira:

"Roçados de praia – as pessoas que estão de passagem, viajando pelo rio e têm fome e vontade de comer o legume da praia, devem, antes de pegar, pedir autorização para o dono do plantio. O dono pode dar ou vender. As aldeias que estão criando porco e gado, os seus proprietários não podem deixar os seus animais invadirem as roças das praias. Se a criação está invadindo os plantios da roça, o dono do plantio vai avisar três vezes. Se isso não resolver, vai falar com a justiça da aldeia. Vão

se reunir para decidir como resolver este problema." (2005)

O plano de gestão, construído pelos povos indígenas nas oficinas de etnomapeamento, não deixa de ser uma estratégia para o ordenamento territorial, pois ele possibilita a otimização do uso atual do território, consolida uma forma de uso que seja compatível com o potencial e aptidão (?) do território indígena e busca alternativa às atividades que sejam impróprias.

"Eu acho que o etnomapeamento é basicamente isso de ajudar a mobilizar; como já temos um território, agora é pensar como vai ser o futuro, planejar o uso dos recursos naturais que a gente vem usando. Até discutir a questão das praias ..." (Zezinho Yube Kaxinawá, 2005).

Números de praias produtivas na Terra Indígena Kaxinawá Rio Jordão - 2005

Nº	Aldeia	Nº de praias
1	Mora Nova	
2	Astro Luminoso	4
3	Boa Esperança	7
4	Bela Vista	8
5	Sacada	6
6	Boa Vista	10
7	Nova Fortaleza	5
8	Nova Aliança	8
9	Canafista	
10	Natal	
11	Bari	6
12	Chico Curumim	
13	Bom Jesus	5
14	Verde Floresta	4
15	Pão Sagrado de Jesus	5
16	Três Fazendas	8
17	Flor da Floresta	8
18	Belo Monte	13
19	Paz do Senhor	8
20	Novo Segredo	9

Total 114

Levantamento na oficina de etnomapeamento, junho de 2005

3 - Os Kaxinawá cultivam as roças de praias na época do verão e as roçadas de terra firme no inverno amazônico.

O que são os planos de gestão territorial e ambiental para as Terras Indígenas do Acre

Os planos de gestão territorial e ambiental vêm sendo discutidos e elaborados nos últimos sete anos nas atividades das oficinas de etnomapeamento que acontecem nas Terras Indígenas do Acre, com a participação de chefes de famílias e um número significativo de representantes indígenas, como: professores, agentes de saúde e agroflorestais, lideranças tradicionais, pajés, alunos das escolas, mulheres, anciãos, representantes de associações e de organizações de representação. Os planos de gestão constituem ferramentas importantes que subsidiam e garantem a sustentabilidade social e ambiental das populações que vivem em diversas Terras Indígenas no estado.

Os planos de gestão, ou cartas de intenções, ou ainda acordos coletivos do uso de recursos naturais, não apenas orientam e planejam as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, como também articulam políticas ambientais do entorno. Tais inovações são importantes instrumentos para a gestão do uso coletivo e individual dos recursos naturais em Terras Indígenas. Dentre seus principais objetivos, destacam-se: ajudar as comunidades indígenas a organizar melhor as ações de manejo e uso dos recursos naturais em suas terras; contribuir para as atividades de vigilância e fiscalização nas Terras Indígenas; implementar projetos de desenvolvimento comunitário dentro de uma filosofia socioambiental; influenciar políticas socioambientais do entorno, mantendo diálogos profícuos e troca de ideias com vizinhos, autoridades locais e regionais; e, por último, mas não menos importante, fortalecer iniciativas que as próprias comunidades indígenas já vêm realizando em suas terras.

“O Plano de Gestão não é uma lei, mas é um acordo entre os grupos familiares, entre a comunidade, sobre como nós vamos organizar a nossa terra, como vamos usar os nossos recursos naturais, como nós vamos nos relacionar com os nossos vizinhos, como vamos trabalhar com o entorno, como vamos fazer um desenvolvimento que beneficie a todos. Ele também não é uma proibição, mas um trabalho de conscientização, com todos, índios e não índios. Com o passar do tempo, ele pode ser modificado, mas sempre com a participação de todos, para se chegar a um consenso com o objetivo único de cuidar com zelo e carinho do que é nosso.” (Agente agroflorestal José Lima Yube Kaxinawá in Gavazzi, 2008: 8)

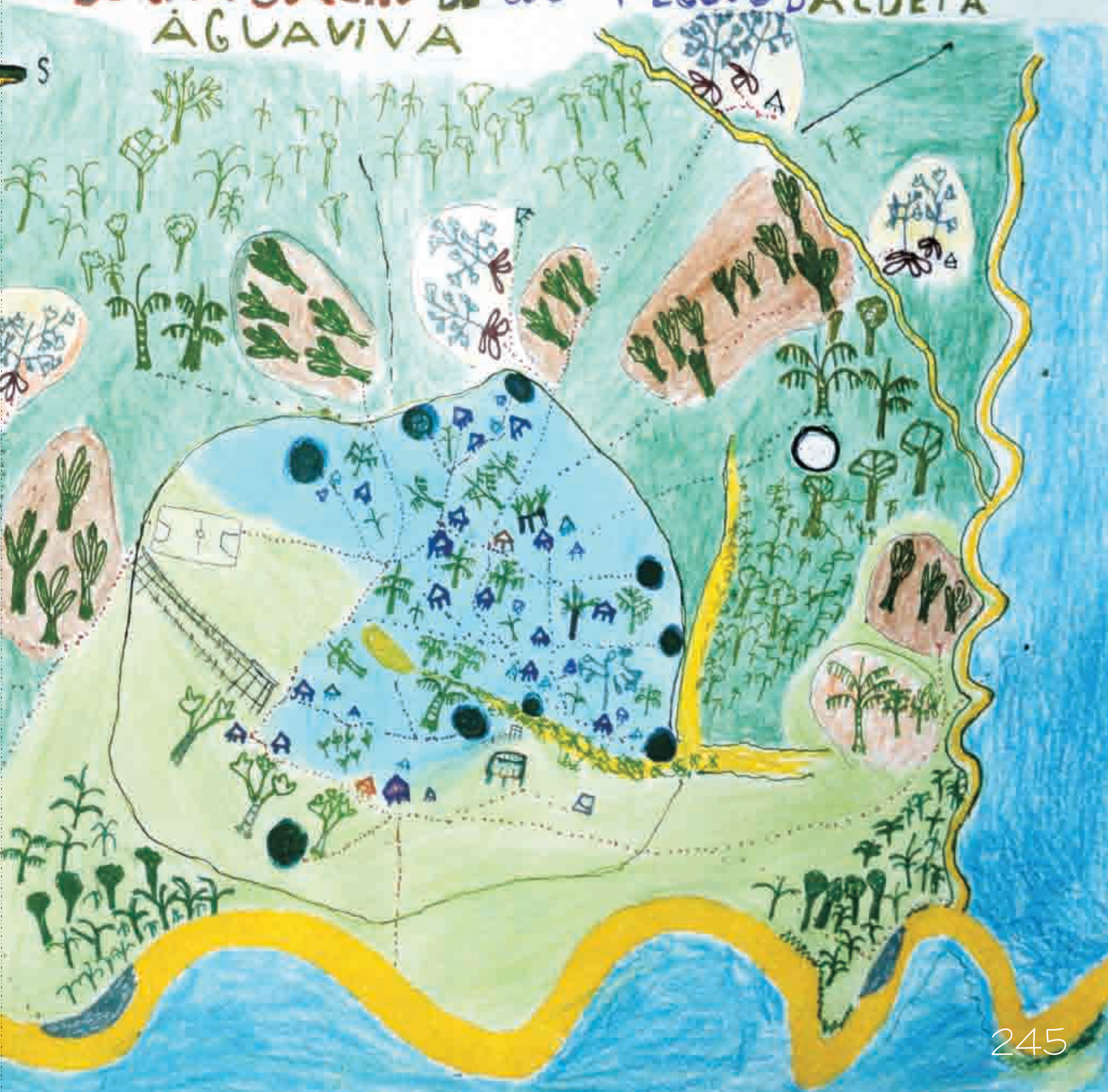
Os planos de gestão registram as discussões que já vêm sendo travadas nas comunidades indígenas e têm forte valor comunitário e político. Ressaltam demandas que as comunidades têm expectativas de programar e desenvolver, como a criação de animais silvestres⁴ e domésticos⁵; resolver a problemática de lixo nas aldeias, o beneficiamento da produção, a captação de água das chuvas, a vigilância e a fiscalização das terras indígenas, a conservação do banco genético de seus roçados, a proteção e conservação de seus recursos naturais etc. Ajudam ainda a orientar ações de apoio, canalizando esforços para demandas pré-existentes.

4 - Quelônios, peixes, abelhas, capivara.

5 - Aves, ovelhas, gado etc.



A DE TRABALHO DE USO RECUSO DA LDEIA ÁGUAVIVA



“As mudanças nos comportamentos ambientais propostas pelo plano de gestão não devem se restringir a proibições e sanções, e devem incluir novos projetos produtivos. Nenhuma norma social consegue ser executada efetivamente se não conta com o apoio consciente e legitimador dos membros da sociedade. Essa afirmação é válida tanto para a sociedade brasileira quanto para as sociedades indígenas. Resulta ser pouco eficaz, no médio e longo prazo, impor um conjunto de regras sobre sustentabilidade que não conte com o apoio real dos membros do grupo. Nesse caso, existe o perigo de terem planos e mapas que são socialmente vazios e, portanto, inviáveis. O estabelecimento de normas de comportamento ambiental que sejam amplamente respeitadas pelos membros do grupo somente pode ser alcançado mediante a construção de um consenso social entre todos os membros do grupo” (Little 2006: 46).

No mesmo sentido apontado acima pelo antropólogo da UnB, o professor Isaac Piyanko, da comunidade Asheninka do rio Amônia, acrescenta:

“O plano de gestão territorial e ambiental do povo Asheninka do rio Amônia vem se construindo a partir das discussões coletivas comunitárias. Ele foi criado a partir das conversas familiares, das conversas sobre a necessidade, sobre as invasões. Ele está sendo desenvolvido para fortalecer a nossa comunidade, para que futuramente não precisemos estar subordinados a uma política de entorno.

Cada vez mais o plano de gestão está se aperfeiçoando a partir das nossas conversas, dos nossos enfrentamentos, das nossas necessidades.

O plano de gestão territorial e ambiental não é um plano para fechar as ideias de uma sociedade, ou para eliminar qualquer ideia, ou qualquer forma de ser, mas é para fortalecer aquilo que está acontecendo na prática. O plano de gestão é basicamente isso, fortalecer aqui o que já existe e aquilo que ainda queremos fazer.” (Gavazzi, 2007: 13, 14)

As atividades de mapeamento e suas discussões no processo do mapeamento participativo contribuem de forma positiva para que os indígenas reflitam sobre a construção e sistematização do plano de gestão.

Os planos de gestão devem partir do princípio que não são listas de solicitações de coisas, mas um registro dos processos e de continuidade das ações que as comunidades vêm trabalhando para a gestão de suas terras. A construção e sistematização dos planos são estratégias importantes pensadas conjuntamente, nas quais a comunidade procura meios para executar determinados projetos; em outros casos, formas de contribuir para o melhoramento do que já vem sendo realizado.





Também os planos ajudam a orientar a implementação de sonhos ou de aspirações em projetos que a comunidade pensa em realizar com o objetivo de melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes que vivem na Terra Indígena.

“O nosso trabalho que eu vejo durante a oficina é aproveitar bastante o nosso saber, como podemos usar o plano de gestão dentro de nossa terra, porque nós estamos aprendendo. A gente pode utilizar para não acabar, pode trabalhar com o manejo. Quando vamos manejar, nós estamos trabalhando o manejo de caça, o manejo de pesca, o manejo de palha, o manejo de paxiubão. Estamos cada vez mais aprendendo, fortalecendo o nosso movimento dos Agentes Agroflorestais. Nós temos que incentivar a comunidade para manejar e conservar os nossos recursos naturais.” (AAFI Abel Paulino Kaxinawa, 2005)

Os temas tratados nos planos de gestão são de acordo com a realidade de cada Terra Indígena, mas, no geral, eles são compostos de 11 a 14 temas constituídos de vários itens. Os principais temas tratados são: recursos florestais e florísticos, caça, pesca, fluxo de caça, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres e domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, saúde ambiental, recursos hídricos, vigilância e fiscalização, relação com o entorno, cultura, educação escolar, ampliação da terra indígena e saúde indígena.

Outro fato bastante significativo em relação aos desdobramentos dos processos do etnomapeamento foi a incorporação dos planos de gestão territorial e ambiental como política pública no estado do Acre, através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Atualmente o estado do Acre conta com planos de gestão territorial e ambiental para 17 Terras Indígenas e, dentro de sua política para os povos indígenas, vem disponibilizando recursos humanos e econômicos para que as comunidades, através de suas associações, possam implementar parte de seus planos em suas comunidades. Para as Terras Indígenas que ainda não têm seus planos de gestão, o governo do Acre vem disponibilizando profissionais e recursos financeiros para que essas comunidades possam organizar e sistematizar seus planos de gestão, por meio de realização de oficinas em suas comunidades. Os planos sistematizados são publicados em singelos livros bilíngues.

Conclusão

“Mapa é uma ferramenta para ajudar na articulação política e facilita principalmente na gestão territorial”.

AAFI Nilson Kaxinawá 2008.

A cartografia indígena trabalhada nas atividades de mapeamento participativo relatadas nesse texto é contextualizada em ações educacionais e entendida como processo permanente de construção, que estimula e explicita as dinâmicas culturais e socioambientais fundamentais para a gestão territorial das Terras Indígenas. A experiência do Acre mostra a importância e a necessidade que as Terras Indígenas tenham os seus agentes comunitários, no nosso caso específico os agroflorestais indígenas, para trabalhar os vários aspectos relacionados à gestão territorial.

A cartografia indígena é um elemento importante na formação dos agentes agroflorestais. Para gerir é preciso conhecer; e mapear ajuda a (re)pensar e a entender o espaço geográfico, no sentido de organizar seus territórios, identificar obstáculos e buscar soluções. Os mapas proveem de paisagens que todos podem entender, até aqueles que não têm o domínio da língua escrita. Dessa forma, os mapas podem ser usados como uma base para discussão, negociação, gestão e resolução de conflitos. Nesse sentido, os mapas confeccionados pelas comunidades indígenas nas oficinas foram peças fundamentais para a construção dos planos de gestão territorial e ambiental.

Entre as boas práticas de gestão do território em andamento nas terras indígenas do Acre estão os planos de gestão, enquanto ferramenta política e estratégica para a proteção territorial e conservação ambiental das terras indígenas, possuindo o potencial de melhorar o diálogo entre os índios, com os seus vizinhos e com os governantes. No plano de gestão, discutem conteúdos relacionados com a sustentabilidade de seus territórios demarcados, envolvendo vigilância e fiscalização de limites, segurança alimentar, saúde e educação escolar, proteção da floresta, relação com vizinhos, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento comunitários e o manejo e a conservação da natureza.

Os processos de produção dos planos de gestão estimulam as políticas internas dos povos indígenas e abrem outro espaço de interlocução com as autoridades. No Acre existe um diálogo que pode ser melhorado entre os indígenas e os governantes sobre projetos de desenvolvimento comunitário para os povos indígenas dentro de uma filosofia socioambiental, e sobre o uso e o manejo dos recursos naturais. O plano de gestão tem sido apropriado pelos indígenas como uma ferramenta capaz de mostrar às autoridades governamentais a preocupação com os seus territórios.

A incorporação dos planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, elaborados com a participação efetiva de representantes de suas comunidades e organizações, nas políticas públicas específicas do estado do Acre, está sendo fundamental para que os povos indígenas alcancem qualidade de vida em seus territórios tradicionais. Mesmo com significativos avanços recentes, ainda há inúmeras dificuldades a serem superadas para que se efetive o direito constitucional de posse permanente e garantia do usufruto exclusivo aos povos indígenas de suas terras, inclusive aquelas já homologadas e registradas. A gestão territorial das terras indígenas deve se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e ambientais do país.

Renato Antonio Gavazzi

Coordenador da CPI/AC, um dos responsáveis pela formação e capacitação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre; Assessor em vários projetos de formação de professores e agentes ambientais indígenas em estados brasileiros e América Latina; Pós-graduando em Geografia Física - FFLCH da USP



Referências bibliográficas

- ACRE. ZEE. 2004. **Etnozoneamento em Terra Indígena. Programa de Etnozoneamento em Terras Indígenas. Fase II.** Diretrizes Básicas. Rio Branco.
- AQUINO, Terri e IGLESIAS, Marcelo P. 1999. **Terras e populações indígenas do Estado do Acre**, mimeo.
2005. **Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre** - Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Programa estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II - Rio Branco.
- CHAPIN, Mac 2006. **A identificação de obstáculos e busca de soluções - Aprendizagem e ação participativa** - mimeo.
- GAVAZZI, Renato A. 2001. **Às margens do rio: educação intercultural e professores indígenas**, In: Revista do Departamento de Geografia 14, FFLCH/USP - São Paulo.
2005. **Relatório da Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão**. Comissão Pró-Índio do Acre, Setor de Agricultura e Meio Ambiente, Rio Branco.
2007. (org.) **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia**. Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, Rio Branco.
2008. (org.) **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá/Asheninka do Rio Breu**. Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC, Rio Branco.
2008. **Relatório do XV Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre** - Disciplina de Gestão Territorial e Ambiental. Centro de Formação dos Povos da Floresta - CFPF -. Comissão Pró-Índio do Acre - Rio Branco.
2010. **Relatório da oficina de etnomapeamento e construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã**. Comissão Pró-Índio do Acre - Rio Branco.
2010. **Mapear é preciso - experiência de mapeamento participativo em Terras Indígenas no Acre**. Anais do II Simpósio Internacional Caminhos Atuais da Cartografia na Geografia - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo.
- LITTLE, Paul E. 2006. **Relatório final Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA-AC - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI-AC - Agência da GTZ no Brasil - GTZ, mimeo.
- MONTE, Nietta Lindenberg. 2003. **Novos Frutos das Escolas da Floresta. Registro de Práticas de Formação** - Rio de Janeiro.
- OCHOA, M. Lucia. 2004. **Relatório da I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC.
- RESENDE, Márcia S. **Geografia é mata, floresta, cipó, mariri - A cartografia dos povos indígenas do Acre**. Universidade Federal de Minas Gerais, mimeo, 2006
- SACHS, Ignacy. 2000. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond - Rio de Janeiro.
- SALINAS, Eduardo. 2010. **Planificación ambiental y ordenación del territorio**. - Consideraciones Generales. Universidad de La Habana.